



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

KERZIA PATRICIA SERRA BORGES

**QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA REVISTA
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO
2021**

KERZIA PATRICIA SERRA BORGES

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA REVISTA
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Me. Raí Vieira Soares

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B732q Borges, Kerzia Patricia Serra.
 Questão Ambiental e Serviço Social: Reflexões sobre a produção
 de conhecimentos na Revista Serviço Social & Sociedade : / Kerzia
 Patricia Serra Borges. – Miracema, TO, 2021.
 67 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.
 Orientador: Raí Vieira Soares

 1. Questão Ambiental . 2. Serviço Social . 3. Questão Social . 4.
 Produção de conhecimentos. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KERZIA PATRICIA SERRA BORGES

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA REVISTA
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14/08/2021.

Banca examinadora:

Raí Vieira Soares

Prof. Me. Raí Vieira Soares, Orientador, UFT

Prof.^a Ma. Sheyla Paranaguá Santos, Examinadora, UFT

Prof.^a Ma. Camila Mesquita Soares, Examinadora, UPE/FIOCRUZ/UFAPE/IPA

À minha mãe, Maria Pinheiro (em memória), que me gerou em seu coração, me criou com amor, zelo e sabedoria. Meu exemplo de força e coragem, peça fundamental na construção do meu ser pessoal, que sempre me impulsionou e sonhou esse sonho junto comigo.

AGRADECIMENTOS

Tenho total convicção de que não teria chegado até aqui se tivesse trilhando esse percurso sozinha, é por isso que quero agradecer a todos que estiveram do meu lado e que contribuíram para essa realização.

Em primeiro lugar, agradeço à Deus, meu Abba e melhor amigo, que está presente em todas os momentos da minha vida, me sustentando e me dando forças para prosseguir. Agradeço por cuidar de mim em cada detalhe e por ser o lugar onde eu encontro paz e descanso.

Gratidão ao meu pai Brasilino Pereira, minha mãe Maria da Paz, meus irmãos Keciane, Marcos, Wanderson, Weryck e à toda minha família, por todo amor, zelo, cuidado e companheirismo para comigo, por acreditarem em mim e me incentivarem a ir em busca de tudo que eu almejo. Eles geram em mim a vontade de me tornar melhor a cada dia.

Estendo os meus agradecimentos à família que ganhei em Miracema. Primeiramente, às minhas amigas/irmãs, Ingrid e Samylla, com quem tive o prazer de compartilhar um lar, almoços à mesa nos finais de semana, alegrias, tristezas, angústias, histórias, cama, filme, pipoca e brigadeiro. Obrigada por terem sido e por continuarem sendo apoio.

Nesse sentido, agradeço à família MANT- Miracema, aqui representados pelo Bp. Ivanilton, Bp^a Patrícia, Ana Carolina, Raquel Fernanda, Teyla, tia Deny, tio Luiz, Vitória e Maria Luiza. Obrigada por terem me acolhido com tanto amor e por fazerem eu me sentir em casa. Tenham certeza de que a companhia de vocês foi fundamental nessa minha trajetória.

A todos os meus amigos e amigas da UFT, principalmente, aos meus colegas de turma, por tudo que vivemos e compartilhamos juntos. Em especial, quero agradecer à Liziane Cruz, Eliana Matos, Francisca Benigno, Lucas Wanderson, Raíra Alecrim e Lorrany Gomes. Aprendi muito com cada um de vocês.

Aos meus professores e professoras do Serviço Social, que com muita dedicação e compromisso, contribuíram para a minha formação acadêmica, meu muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer à minha supervisora, Arlete Cavalcante, por me acolher na Defensoria Pública da União, pela dedicação, profissionalismo,

confiança, pelos ensinamentos e contribuição para a minha formação. Também sou grata às minhas colegas de estágio, Ana Marta, Joselda e Euda.

Um agradecimento especial ao meu querido orientador, Raí Vieira, por aceitar o desafio de me orientar. Muito obrigada pela leveza e paciência nesse trajeto de orientação. Obrigada pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis que enfrentei nesse processo. Você me inspira e tem todo o meu respeito, carinho e admiração. À você, minha gratidão eterna.

Agradeço também à banca examinadora, às professoras Sheyla Paranaguá e Camila Mesquita pelas contribuições nesse processo.

A todos que fazem parte da minha vida, obrigada!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso discute a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental no Brasil a partir da Revista Serviço Social & Sociedade. O objetivo geral foi analisar as tendências da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental a partir dos artigos científicos da revista anteriormente mencionada. O método de pesquisa utilizado está centrado no materialismo histórico dialético – método que busca apreender a totalidade do objeto a partir de uma perspectiva crítica. Para melhor alcançar os objetivos, a metodologia foi composta por pesquisa de natureza qualitativa, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Por meio destes procedimentos a pesquisa direcionou-se, inicialmente, para o levantamento e tabulação dos dados, e por seguinte, fizemos a caracterização geral dos artigos. Conforme as análises realizadas foi possível perceber que a recorrência artigos sobre a questão ambiental presente na revista Serviço Social & Sociedade, é bem pequena em comparação à produção sobre outras temáticas. No período compreendido de 2010 a 2021, o periódico publicou ao todo, apenas 07 (sete) artigos sobre a temática. Todos os artigos, de alguma forma, discutem sobre o meio ambiente e sua relação com o capitalismo. No entanto, observou-se que a pesquisa do Serviço Social sobre essa temática é recente e está em processo de construção, sendo necessário avançar nas reflexões e debates coletivos nesse âmbito.

Palavras-chaves: Questão Ambiental. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This final paper discusses the production of Social Service knowledge about the environmental issue in Brazil based on the journal *Revista Serviço Social & Sociedade*. The general objective was to analyze the trends in the production of Social Service knowledge about the environmental issue from the scientific articles in the aforementioned journal. The research method used is centered on dialectical historical materialism - a method that seeks to apprehend the totality of the object from a critical perspective. To better achieve the objectives, the methodology was composed of qualitative research, bibliographic research, and documental research. Through these procedures, the research was directed, initially, to the survey and tabulation of data, and then to the general characterization of the articles. According to the analyses performed, it was possible to notice that the recurrence of articles about the environmental issue in the journal *Serviço Social & Sociedade* is very small compared to the production on other themes. In the period between 2010 and 2021, the journal published a total of only 7 (seven) articles on the theme. All articles, in some way, discuss the environment and its relationship with capitalism. However, it was observed that Social Work research on this theme is recent and under construction. It is necessary to advance collective reflections and debates in this

Keywords: Environmental Issue. Social issues. Social service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Número de revistas publicadas no Scielo nos anos 2010 a 2021	49
Quadro 2 - Artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade que tratam a temática ambiental	50
Quadro 3- Especificação das instituições de vinculação dos autores dos artigos.....	51
Quadro 4- Expecificações das regiões de localização das instituições de vinculação dos autores dos artigos	52

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO CAPITAL, “QUESTÃO SOCIAL” E QUESTÃO AMBIENTAL	17
2.1 Capitalismo, “questão social” e meio ambiente.....	17
2.2 Crise contemporânea do capital e questão ambiental: rebatimentos na “questão social”	27
3 SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E QUESTÃO.....	39
3.1 Serviço Social como profissão e área de conhecimento: fundamentos e projeto profissional.....	39
3.2 Caracterização geral de artigos sobre questão ambiental na Revista Serviço Social & Sociedade.....	48
3.3 Tendências teórico-metodológicas das produções sobre questão ambiental na Revista Serviço Social & Sociedade.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE.....	66

1 INTRODUÇÃO

A satisfação das necessidades humanas sempre esteve relacionada à interação entre homem e natureza. Tal interação consiste na transformação dos recursos naturais em produtos que saciam as necessidades físicas do homem. Paulo Netto e Braz (2012) nos dizem que essa transformação advém daquilo que conhecemos como trabalho, que “[...] é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (MARX, 1983, p. 149-150 *apud* PAULO NETTO & BRAZ, 2012, p. 31-32). Contudo, após a revolução industrial, houve a transformação do modo de produção, um grande aumento da produtividade e conseqüentemente a ascensão do sistema capitalista, que gerou rupturas na relação entre sociedade/natureza que até então era “harmônica”.

Marx (1996, *apud* FOSTER, 2012, p. 91) em sua crítica ecológica, aponta o capitalismo como “uma fenda irreparável”¹ no metabolismo natural entre a humanidade e a terra. Para além do seu tempo já previa o esgotamento do trabalhador e da própria natureza. A lógica do modo de produção vigente está em sua fome por lucro, que se manifesta através da propriedade privada, da exploração da força de trabalho, na exacerbada produção de mercadorias e na apropriação dos meios de produção (trabalhador e recursos naturais). Assim, tanto o homem - que vende sua força de trabalho, quanto à natureza, são transformados em mercadorias.

Urge dizer, que não podemos ignorar que os problemas ambientais tem suas origens na destrutividade do modo de produção capitalista. Muito além de aspectos naturais e biológicos, a questão ambiental possui determinações sociais, históricas, políticas, culturais e sobretudo econômicas. Ela é um reflexo da organização da sociedade capitalista e conforme Silva (2010), se evidencia a partir de múltiplas refrações tais como o desmatamento, o aquecimento global, a produção e destinação de lixos, a poluição do ar e das águas, mercantilização da natureza, entre outras.

¹ Segundo Silva (2010): [...] Marx, refere-se à ruptura da “relação metabólica” na qual o homem se apropria dos elementos naturais e, após seu consumo, os devolve a natureza. À medida que essa troca de elementos entre sociedades humanas e o meio natural passa a ser mediada pela produção de mercadorias, manifesta-se um dos traços mais destrutivos da sociedade do capital. A estreita unidade entre degradação ambiental e a alienação do trabalho evidencia-se posto que ambas deitam raízes no modo de produção burguês e suas leis imanentes. (p. 58).

Portanto, entender as questões ambientais como resultado de um sistema de produção excludente, no qual a relação capital – trabalho produz e reproduz as desigualdades sociais, nos possibilita visualizar a vinculação entre questão ambiental e a “*questão social*”²– objeto de intervenção do Serviço Social.

Dessa forma, o debate realizado na presente monografia trata-se do meio ambiente, especificamente da “questão ambiental” e sua relação com o Serviço Social. Considerando que o meio ambiente é um direito essencial à vida, as questões ambientais estão diretamente vinculadas aos princípios ético-políticos que fundamentam a profissão de Serviço Social. Tais princípios versam pela defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo, a ampliação e consolidação da cidadania, o aprofundamento da democracia, a adoção de um posicionamento a favor da equidade e da justiça social, o compromisso com a população atendida pelo Serviço Social, opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação - exploração de classe, etnia e gênero, etc.

Visto que, a questão ambiental também se configura como objeto de atuação e intervenção do Serviço Social, visamos responder a seguinte pergunta central: Quais as tendências da produção de conhecimento do Serviço Social acerca da Questão ambiental? Assim, desta problemática surgiram outras questões: Qual a relação entre Serviço Social e Questão ambiental a partir do conhecimento elaborado pela profissão? Como se caracteriza a produção de conhecimentos sobre a questão ambiental a partir da Revista Serviço Social & Sociedade?

Este trabalho orientou-se no sentido de analisar as tendências da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental no Brasil a partir da Revista Serviço Social & Sociedade nos anos 2000, um dos principais periódicos da profissão de referência no Brasil e na América Latina.

² Segundo Yamamoto (2001), a questão social se refere ao “[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, o trabalho - das condições necessárias à sua realização. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais.” (*ibid.* 2001:16-17). Neste trabalho, optamos por utilizar a expressão “questão social” entre aspas para indicar que ela é a designação abstrata de fenômenos concretos. A “questão social” em si, não pode ser visualizada, o que pode ser visto são suas variadas expressões e manifestações. Acerca disso, Santos (2012, p. 18) diz que “trata-se de afirmar a existência real não da ‘questão social’ e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista”.

Para alcance desta finalidade, estabelecemos alguns objetivos específicos: analisar a relação entre Serviço Social e Questão ambiental a partir da produção de conhecimento presente na Revista Serviço Social & Sociedade; Caracterizar a produção de conhecimentos do Serviço Social sobre questão ambiental; e refletir sobre as possibilidades e desafios apontados na produção científica do Serviço Social junto à questão ambiental no contexto contemporâneo de crise do capital.

A decisão de problematizar esse tema justifica-se pelo fato da pesquisadora/acadêmica possuir uma aproximação com assuntos relacionados ao meio ambiente, a partir de sua trajetória no curso Técnico em Meio Ambiente, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), em período compreendido de 2013 à 2015. Ao ingressar no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a mesma foi instigada a conhecer as possibilidades de atuação do assistente social junto à área ambiental. Contudo, no decorrer do curso foi possível observar a escassa discussão e/ou a inexistência de disciplinas e eventos relacionados a essa temática.

Assim, sob esse viés versamos com este trabalho contribuir, diretamente, para a ampliação da discussão e reflexão da questão ambiental no âmbito do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento. Ademais, é de suma importância para o curso de Serviço Social da UFT, levando-se em consideração o remoto debate no que diz respeito à necessidade e possibilidades de atuação do/a assistente social frente às demandas ambientais, “já que estes são interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal qual o são nas manifestações da “questão social” (SILVA, 2010, p.30).

Outrossim, é pertinente salientar que a presente pesquisa também visou contribuir, somar e suscitar a produção de conhecimento nessa temática na área de Serviço Social, em particular na formação profissional da UFT, baseada na perspectiva crítica da totalidade de desvelamento da realidade social. Além de contribuir para a implementação de políticas públicas voltadas para esta temática na realidade local e regional.

Entendendo que a questão ambiental caminha por um percurso sócio-histórico e mantêm-se num contexto de complexas relações sociais, reconhecemos a extrema necessidade de buscar a apreensão da realidade, logo, utilizou-se a proposta fundamental da teoria marxista, o materialismo histórico-dialético, que se trata de um método que, a partir de uma perspectiva crítica, busca apreender a totalidade e a

realidade do objeto não limitando-se à aparência. Nas palavras de Paulo Netto (2011, p. 22) “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”.

Assim, o presente trabalho visa realizar uma análise das múltiplas determinações que constituem a questão ambiental a partir das pesquisas e produções do Serviço Social. O procedimento metodológico escolhido que melhor alcançou os objetivos foi a pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1994, p.21) “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Essa abordagem de pesquisa considera a complexidade e a subjetividade das relações sociais.

Por se tratar de uma pesquisa que visa identificar as tendências de produção de conhecimento do Serviço Social sobre a Questão Ambiental no Brasil delimitamos a Revista Serviço Social & Sociedade como foco de análise. A Revista Serviço Social & Sociedade, criada em 1979, foi escolhida como principal fonte de pesquisa por ser um dos periódicos mais importantes da profissão, que além de possuir classificação Qualis A1, tem contribuído para o debate crítico de questões que perpassam o Serviço Social. Tendo em vista que a revista Serviço Social & Sociedade passou a ser disponibilizada na plataforma digital *Scielo* a partir de 2010, analisamos as publicações a partir desse período.

Objetivando uma melhor reflexão e aproximação do tema, faremos uso da pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2007, p. 65) “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica:

[...] ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 57).

Ademais, escolhemos como amostras as produções na Revista Serviço Social & Sociedade, que abordam a temática Questão Ambiental e Serviço Social (ver apêndice). Tal periódico, segundo histórico disponível na plataforma SciELO, tem como objetivos: dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes

sociais e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana.

Para a realização da pesquisa pré-definimos algumas categorias e palavras-chave como estratégia de seleção do material, entre elas estão: Questão Ambiental; Questão socioambiental; Desenvolvimento sustentável; Crise ambiental; Meio ambiente; e Sustentabilidade, como forma de facilitar a busca de artigos na plataforma virtual SciELO, onde a revista se encontra disponível.

Este trabalho está dividido em duas seções: Na primeira, “*Transformações contemporâneas do capital, “questão social” e questão ambiental*” realizamos a discussão sobre as categorias “Capitalismo” e “questão ambiental”, onde objetivamos nos aproximar de algumas categorias discutidas por Marx, dentre elas: Modo de produção capitalista, relação capital – trabalho, forças produtivas, meios de produção, relações sócias de trabalho. A partir destas categorias, pudemos compreender o elo entre a natureza e o capital, sobretudo, apreender as raízes da “questão ambiental”.

Na segunda seção, “*Serviço Social, produção de conhecimentos e questão ambiental*” situamos o Serviço Social como profissão e área de conhecimentos assim como apontamos uma breve caracterização geral e as principais tendências da produção de conhecimento do Serviço Social, baseando na análise dos artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade no âmbito da questão ambiental.

É importante destacar que as reflexões colocadas a seguir são apenas aproximações sucessivas e não pretendem esgotar o tema, mas, sobretudo, chamar a atenção para fomentar as discussões coletivas sobre questão ambiental na formação e exercício profissional do Serviço Social. Ótima leitura!

2 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO CAPITAL, “QUESTÃO SOCIAL” E QUESTÃO AMBIENTAL

Nesta seção, buscamos construir um debate direcionado ao entendimento da questão ambiental e de suas determinações sociais, econômicas e políticas, no decorrer das diversas transformações da sociedade capitalista – desde o advento do capital até a contemporaneidade. Nesse sentido, chamamos a necessidade de analisar a questão ambiental a partir de uma perspectiva histórico-crítica. Outrossim, almejamos reconhecer as características da problemática ambiental, bem como, suas imbricações com a “questão social” – objeto de intervenção do Serviço Social.

2.1 Capitalismo, “questão social” e meio ambiente

A discussão acerca da temática ambiental ganha maior visibilidade no âmbito mundial a partir das décadas de 1970 e 1980, sobretudo após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1972, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo (SILVA, 2010). A problemática ambiental possui determinações históricas, sociais e políticas, da qual as bases fundantes residem no desenvolvimento do sistema capitalista. Neste sentido, buscaremos apreender a “questão ambiental” de forma mais ampla, para além dos aspectos naturais, físicos e biológicos. Para isto, é necessário entendermos os processos históricos da relação entre homem e meio ambiente.

A interação entre homem e natureza faz parte de um processo histórico de descobertas, redefinições e transformações. Em tal processo, o homem, como parte da natureza, satisfaz suas necessidades através da transformação da matéria natural em produtos/meios essenciais à manutenção de sua existência. Segundo Marx (2004), as várias organizações societárias, das primitivas às contemporâneas, não existiriam sem o metabolismo fundamental entre homem-natureza. Este autor confere a natureza um caráter sócio-histórico e ontológico. Sendo ela o fundamento concreto sobre o qual o homem produz e reproduz.

Partindo da teoria social crítica, entendemos que o eixo da relação entre humanidade e natureza está na categoria *trabalho* – que em sua concepção geral é a categoria fundante do ser social. O trabalho se efetiva, inicialmente, como uma atividade imprecindível para a sobrevivência humana, e mais precisamente como “[...]”

um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, p. 149-150 *apud* PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 31-32).

Sob essas bases, existe uma relação de dependência/reciprocidade da sociedade para com a natureza, que é evidenciada por Marx em *Manuscritos Econômicos e Filosóficos (2004)*:

A natureza é o corpo inorganico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive na natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercambio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p. 116).

Cabe destacar que, a natureza é a base pra o desenvolvimento da humanidade através do trabalho, nessa relação, a natureza sobrevive sem o homem, mas o contrário não ocorre. Neste sentido, Engels (1973) tem uma compreensão semelhante, ao afirmar que:

[...] nós somos lembrados a cada passo que, de forma alguma, dominamos a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém que se encontra fora da natureza. Nós dependemos dela com carne, sangue e cérebro, estamos situados dentro dela e toda nossa dominação sobre ela, com a vantagem diante de todas outras criaturas, consiste em podermos conhecer suas leis e usá-las de forma adequada (ENGELS, 1973, p. 453 *apud* ANDRIOLI, 2008, p. 1).

Assim sendo, em meio a essa relação de reciprocidade entre os seres humanos e o meio ambiente, há um aspecto que diferencia o homem do meio natural – o trabalho. Deste modo, Engels enfatiza:

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença dela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servi-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (1978, p. 182 *apud* SILVA, 2010, p. 55).

Ainda sobre a diferenciação entre o ser humano e os animais, o homem possui a capacidade de pré-idealizar o seu objeto antes mesmo de materializá-lo. Logo, o trabalho é uma atividade “conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 32). O trabalho “é um processo consciente [...] que se dá no pôr teleológico inerente ao processo de trabalho” (PETO; VERISSIMO, 2018, p. 17).

Na medida em que os seres sociais, organizados entre eles, modificam e transformam a natureza, eles também se transformam pois adquirem novos conhecimentos, e, nesse processo, surgem novas necessidades. Necessidades que demandam um maior conhecimento da natureza e aprimoramento dos processos de trabalho (LESSA; TONET, 2008, p. 19).

Mediante às novas necessidade e habilidades adquiridas pela sociedade por meio do trabalho, houve um aumento da produtividade. Nas comunidades primitivas, “os resultados da ação do homem sobre a natureza permitiram uma produção de bens que ultrapassavam as necessidades imediatas de sobrevivência dos seus membros” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 57). Surge, o excedente econômico e, com este, a propriedade privada dos meios de produção – que dão um novo sentido ao trabalho que, “deixa de ser um meio de satisfação das necessidades do próprio trabalhador, para satisfazer necessidades alheias” (SILVA, 2010, p. 57).

A princípio, nas comunidades primitivas a produção e o consumo se dão de forma coletiva, não havendo divisão de classes sociais. Contudo, o advento do excedente econômico e sua grande concentração nas mãos de alguns membros da comunidade, cria condições para o aparecimento das desigualdades sociais, sobretudo com a divisão social e econômica do trabalho (MANDEL, 1982, p.16). Ocorre então, notáveis mudanças na estrutura de organização da sociedade.

A comunidade primitiva é então sucedida pelo *escravismo* – que introduz a opressão e exploração de uma classe sobre a outra - *senhores de escravos e escravos*. No modo de produção escravistas os bens são produzidos pelo escravo sob coerção e violência. Posteriormente, com a queda do Império Romano, o *escravismo* também se desintegra abrindo caminhos para o *sistema feudal* de produção. No qual os produtores diretos (servos) apesar de também serem explorados, diferente dos escravos, tem à sua disposição os instrumentos de trabalho e tiram o seu sustento de sua própria produção. Mas, em contrapartida devem serviços ao senhor feudal, uma vez que estão “presos à terra” (PAULLO NETTO; BRAZ, 2012, p. 65 - 69).

O sistema feudal caracteriza-se pela produção de excedente agrícola, e também, pela produção de mercadorias para a troca. No interior deste sistema, o comércio começa a se desenvolver e ganhar força, trazendo consigo uma série de contradições e conflitos que abalam a ordem feudal e servem de base para a crise do feudalismo no século XIV e por seguinte, para a Revolução Burguesa.

Nesse percurso, a burguesia revolta-se contra a ordem social, econômica e política vigente. Neste momento histórico, são instauradas novas relações sociais de produção, cuja essência está, na privatização da propriedade, dos meios de produção e da força de trabalho (SILVA, 2010, p. 50-51). Este novo sistema de produção capitalista, caracteriza-se por sua natureza contraditória e destrutiva – do qual a finalidade é a obtenção e acúmulo de riquezas, sustentado na exploração do trabalho.

Em *A Ecologia da economia política de Marx*, Bellamy Foster (2012, p. 91) diz que Marx evidencia em seus estudos que, o processo de “acumulação primitiva”³, em suas determinações históricas, implica destrutivamente nas relações sociais de trabalho e na capacidade de intervenção humana na natureza. A dinâmica capitalista converte a harmonia em hostilidade, gerando uma “fenda irreparável” entre o trabalhador e a terra. No capitalismo:

[...] os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação de excedente com vistas ao mercado e, conseqüentemente, à obtenção do lucro (SILVA, 2010, p. 48).

Consonante descreve a autora no trecho supracitado, nas sociedades pré-capitalistas o principal objetivo do trabalho era a produção de valor de uso para reprodução dos seres sociais e de suas comunidades. Enquanto a base do sistema capitalista está, desde sua origem, cravada na propriedade privada; produção de mercadoria; e expropriação das forças produtivas⁴ para valorização do capital. Neste sentido, a sociedade capitalista se volta para a dominação da natureza, forjando mecanismos para exploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

³ Em *O capital*, lê-se: O processo que cria a relação capitalista não pode ser se não o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 514)

⁴ As forças produtivas são compostas pelos seguintes elementos: a) *os meios de trabalho* – tudo de que o homem lança mão para realizar o seu trabalho (instrumentos, as ferramentas, instalações, entre outros, acrescido da terra); b) *os objetos de trabalho* – fragmentos da natureza, seja em sua forma original ou já modificada pelo trabalho humano, sobre os quais incide a atividade laboral; c) *as forças de trabalho* – as potências humanas utilizadas no processo de trabalho, as quais se valem dos meios de trabalho para modificar os objetos de trabalho em bens socialmente úteis. Vale destacar o papel central que ocupa a energia humana empregada no processo de trabalho para a viabilização mesmo, sendo esta uma “força produtiva especial” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012).

Tal movimento, se intensifica ainda mais após a Revolução Industrial no século XVIII que, por sua vez, fornece meios para a expansão da produção mercantil, bem como para a transição da manufatura para a indústria. Decerto, a grande indústria revoluciona os meios de produção, aumenta a produtividade através da intensificação do trabalho e conseqüentemente, intensifica a destruição do meio ambiente. Segundo Marx: “A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social ao minar, simultaneamente, as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (2013, p. 133).

Esse trecho mostra que o autor observa o caráter duplamente destrutivo do capital, sobretudo, quando se trata da agricultura estruturada na industrialização – que tende ao esgotamento do solo e exploração do trabalho. A indústria se revela incapaz de devolver ao solo os nutrientes que foram retirados dele; enquanto os camponeses são desapossados/expulsos de suas terras, causando uma superlotação das cidades. E ao mesmo tempo que o capitalismo utiliza os recursos da natureza para criação de outros produtos, ele despeja os seus poluentes sobre a natureza.

Nessa perspectiva, os apontamentos de Marx acerca da ecologia, mesmo que de forma sucinta, nos auxiliam no entendimento da “questão ambiental” como produto da pulsão necessariamente acumulativa e expansiva do capitalismo. Ora, a lógica do novo sistema econômico aliena tanto o trabalhador, quanto a natureza; conduzindo-os a um processo de mercadorização, onde ambos são reduzidos à meras mercadorias.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 156).

Na dinâmica capitalista, o que interessa para o proprietário capitalista não é o valor de uso, mas o valor de troca, ou seja, o valor de uso está submetido ao valor de troca. O que interessa não é a satisfação de necessidades humanas, mas a obtenção de lucros. Logo, no modo de produção mercantil, a natureza é vista a partir uma concepção utilitarista, em que as riquezas naturais são expropriadas para obtenção de mais-valia. Marx, em suas reflexões pontua que “a natureza não gera valor de

troca, porém, ela é a fonte do valor de uso” (MARX, 1983, *apud* ANDRIOLI, 2008, p. 1).

Resultando assim, em grandes impactos que podem colocar toda a humanidade em risco. Segundo Mészáros (2009) a sociedade contemporânea vive uma crise de caráter profundo e universal, que causa transformações em todas as áreas da vida social, “[...] e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana” (p.130). Nesse sentido:

A sociedade não pode existir sem a natureza – afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam ao longo da história os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação [...] (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 47).

O modo de produção capitalista rompe com todas as formas práticas construídas de como as comunidades gerenciavam o bem natural. A natureza é inserida neste modo de produção, contudo, a sociedade burguesa ignora a relação metabólica ao passo que utiliza os meios naturais de maneira irracional, não respeitando os seus limites. Entende-se a questão ambiental como “o conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p.143).

Nesse sentido, chamamos a necessidade de analisar a questão ambiental a partir de uma perspectiva histórico-crítica, ou seja, articulada à análise da sociabilidade capitalista. Ressaltamos, a questão ambiental definida como:

[...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2010, p. 67).

Ela se apresenta de diversas formas, tais como desmatamento, aquecimento global, degradação dos solos, envenenamento das águas e do ar; que mostram o capitalismo como principal vetor da degradação massiva ambiental. Tais manifestações são reflexos da relação destrutiva do metabolismo socioambiental entre homem e natureza.

Não vamos nos orgulhar tanto com nossas vitórias sobre a natureza. Para cada uma dessas vitórias ela se vingará sobre nós. Cada uma tem, inicialmente, os efeitos previstos, mas, num segundo e terceiro momento ela terá efeitos bem diferentes, consequências imprevistas, que, muitas vezes, eliminam os efeitos iniciais (ENGELS, 1973 *apud* ANDRIOLI, 2008, p. 7).

Em sua época, Marx já apontava a tendência de que o sistema capitalista assumiria um caráter destrutivo, que implicaria na sobrevivência das futuras gerações e do próprio meio ambiente. Ao percebermos as contradições ligadas à relação entre homem e meio ambiente, é possível identificar inúmeras manifestações da desigualdade social, resultantes dessas contradições, que atenuam a destruição ambiental e afetam diretamente a sociedade. Quanto aos segmentos da sociedade, atingidos pela destrutividade capitalista,

[...] Para fazer face ao aprofundamento da crise mundial, o sistema faz recair sobre a parte majoritária da humanidade a quebra de direitos, o aumento da fome, da miséria e do desemprego em escala mundial, além da exacerbação dos conflitos étnico-raciais e da destruição ambiental (SILVA, 2010, p. 143).

Ainda de acordo com a autora, a “questão ambiental” é continuamente determinada pelo capital, sendo considerada como desdobramento da “questão social”⁵ do ponto de vista que a destrutividade da natureza é vivenciada pelas populações de maneira desigual – tendo um peso maior sobre as camadas mais pobres da sociedade, uma vez que, o agravamento das problemáticas ambientais não se dá apenas pelo uso inadequado dos recursos naturais, mas também pela privatização do meio ambiente e distribuição desigual dos bens ambientais. Assim, grande parte dos danos ao meio ambiente atingem muito mais as pessoas que estão submetidas a condições precárias de vida.

Os segmentos sociais mais vulneráveis são excluídos do usufruto dos bens socialmente produzidos. Não obstante, são responsabilizados pelo descuido ou uso inadequado do meio ambiente, induzindo a ideia de que a solução reside apenas no campo cultural. As teses de preservacionistas conservadores ignoram as contradições econômicas, sociais e ideológicas que aí estão implicadas (BRESSAN, 2001, p. 322).

⁵ Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. [...] Na análise de conjuntura que Marx oferece n’O Capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração (PAULO NETTO, 2011, p. 42 - 45).

A compreensão da “questão social” no capitalismo é fundamental para analisar o significado social da profissão de Serviço Social. No que concerne à “questão social”, Iamamoto afirma que se refere ao:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, o trabalho - das condições necessárias à sua realização. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

A “questão social” envolve questões econômicas, políticas, sociais e ambientais e por este motivo, não pode ser desvinculada do processo histórico das relações sociais. Considerada como expressão da sociedade regida pelo capital, a “questão social” se manifesta de diferentes formas – “fome, pobreza, falta de condições de moradia e saneamento básico, desemprego, subemprego, falta de terra, ausência de direitos trabalhistas, etc.” (SANTOS, 2016, p. 3-4).

Utilizamos Sauer & Ribeiro (2012) para dizer que as questões ambientais estão predominantemente relacionadas aos processos sociais, e não encerram à fauna e flora. Partimos do entendimento de que a questão ambiental também não pode ser desvinculada da questão social.

Conforme Iamamoto (2008), as expressões e manifestações da questão social, se constituem como objeto de intervenção do Serviço Social - profissão que está inserida no processo de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista. Assim, na década de 1930, como a intensificação das manifestações e expressões da questão social, que levou os trabalhadores a tencionarem e reivindicarem seus direitos, o Estado se viu obrigado a demandar um profissional para intervir diretamente nas relações entre as classes (burguesia e proletariado) e na questão social.

Na contemporaneidade, depois de um processo de renovação profissional e de crítica ao conservadorismo que marcou a gênese e o processo de profissionalização no Brasil, o Serviço Social:

[...] é uma categoria profissional que construiu um projeto profissional crítico, e, por meio do caráter generalista da formação, dispõe de um conjunto de competências e atribuições que o capacitam a desvelar as múltiplas determinações da realidade e atuar na questão socioambiental podendo contribuir, coletivamente, para fortalecer a organização política da população para exercer o controle social, bem como para a edificação de uma análise crítica sobre a crise socioambiental na busca por outra forma de sociabilidade (NUNES, 2018, p. 223).

Por esse motivo, nos propomos a estudar e analisar no decorrer desta monografia, as tendências da produção científica da profissão sobre o tema, no sentido de que a produção de conhecimento é indispensável para conhecer uma determinada realidade, e sobretudo para que se possa intervir nela.

Como mencionamos no início desse item, o marco da discussão acerca do meio ambiente em todo o mundo, se deu na década de 1970, após a Conferência da Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocasião na qual há o reconhecimento de que todos têm direito a um meio ambiente saudável e que para isto, é de extrema importância preservá-lo.

É neste período que os movimentos ambientalistas iniciam suas lutas e passam a buscar fortalecimento político. A partir do fim dos anos 1970, surge no Brasil, dois grandes movimentos que contribuem para a discussão sobre meio ambiente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que, em suma, defende e luta pelo direito à terra, pela reforma agrária popular e por uma nova organização societária; e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – que desde sua criação, luta pela garantia de direitos das pessoas que são atingidas pelas grandes construções hidrelétricas e de crítica ao modelo energético empregado no país.

Na década de 1980 é promulgada a Lei nº 6938/1981 com o intuito de ampliação e definição da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – que tem por objetivo o seguinte: “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]” (BRASIL, 1981). A partir da criação da referida lei, a questão ambiental, bem como seus impactos, passa a ser discutida de forma mais ampla.

Mas de fato, o que é meio ambiente? Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ESTOCOLMO, 1972): “O meio ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas”. Já a Política Nacional de Meio ambiente (Lei nº 6938/1981) em seu artigo terceiro, define meio ambiente como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Destacamos outro marco importante que deu notoriedade ao meio ambiente no Brasil - a Constituição Federal de 1988, que prevê:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do Patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Desta forma, entende-se que o cabe ao Estado e a coletividade, garantir que todos tenham direito e acesso a um meio ambiente equilibrado. Todavia, isso não é possível no capitalismo, pois, vai contra a sua essência e tendência destrutiva. Ademais, sabemos que em diversas situações que envolvem a questão ambiental o Estado é omissivo, sobretudo se tratando do Estado neoliberal, que como instrumento de dominação de classe, se coloca à serviço da classe dominante.

No Brasil, a degradação ambiental não é recente, desde muitos anos ela vem se apresentando através da poluição dos rios; do desmatamento; das queimadas; contaminação do solo; perda da biodiversidade; poluição do ar; escassez de água potável; seca; inundações e etc.

No Brasil, o meio ambiente revela os territórios que brotam riquezas minerais e vegetais, uma fauna rica e diversificada; belas e paradisíacas paisagens litorâneas; a Amazônia guarda a maior reserva de água doce do

planeta. Temos uma das maiores áreas de manguezais; aqui se concentra a maior floresta tropical do mundo, mas também, no mesmo espaço-tempo, a realidade brasileira resguarda o território da desigualdade social com brutal exploração do trabalho reprodução formas de opressão (CFESS, 2012, p. 1).

Está escancarado, que o Estado está preocupado, não com o meio ambiente, mas sim em satisfazer os interesses do capital. A prioridade nada mais é que, a ampliação do lucro. Tanto que, as medidas tomadas pelo Estado, para atender a classe trabalhadora, são medidas focalizadas e paliativas. Assim, os interesses do capital e do Estado não convergem com a preservação ambiental. Ao contrário, ampliam os conflitos socioambientais.

Ao longo deste item, evidenciamos a apropriação da natureza e da força de trabalho humano pelo sistema de produção vigente. Diferente de como muitos pensaram e ainda pensam, os recursos naturais não vêm de uma fonte infinita e inesgotável. Em face destes apontamentos, o cenário contemporâneo de degradação ambiental, não pode ser dissociado das contradições imanentes do modo de produção capitalista. De fato, a natureza tem sofrido impactos ainda mais graves em face da crise estrutural do capital – que abordaremos no próximo item.

2.2 Crise contemporânea do capital e questão ambiental: rebatimentos na “questão social”

Para possibilitar uma melhor compreensão acerca da questão ambiental e sua emergência, é importante contextualizá-la no cenário de crise contemporânea do capital, que comparada às crises anteriores, se apresenta como uma crise estrutural em escala maior e mais profunda, como iremos perceber a seguir.

O capitalismo no decorrer do seu desenvolvimento, é marcado por sucessivas crises econômicas, que expressam o caráter contraditório da dinâmica e sociabilidade capitalista. Para Paulo Netto & Braz (2012), não existe e não existirá capitalismo sem crise, uma vez que a crise é constitutiva do capitalismo – e ao invés de criar condições para o fim desse modo de produção, criam novas condições para a sua reprodução e continuidade. Em suma, as “crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Conforme acabamos de mencionar, as crises constituem os mecanismos da dinâmica do próprio capitalismo. Entretanto, a crise contemporânea, que caracteriza o final do século XX, apresenta particularidades que a diferem das suas antecessoras. Pois, ela “se manifesta envolvendo toda a *estrutura* da ordem do capital” (PAULO NETTO, 2012, p. 415). Ou seja, não se trata de uma mera crise que se apresenta quando a acumulação de capital é impossibilitada.

A denominada “crise estrutural do capital” que vivenciamos desde a década de 1970, na análise de Mészáros (2011), possui alguns aspectos que a diferenciam das demais. Vejamos:

(1) Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Vimos no item anterior que o capitalismo se trata de um modo de produção voltado para o lucro e para a acumulação, assentado nos processos de exploração da força de trabalho por meio do trabalho assalariado. No curso de seu desenvolvimento, o capital passou/passa por consideráveis alterações, que se distinguem em algumas fases. Portanto, antes de discutirmos a fase contemporânea, queremos fazer um breve resgate histórico das diferentes fases assumidas pelo capital no decorrer dos tempos.

A primeira fase, intitulada de *capitalismo mercantil* – caracteriza-se pela revolução da nova classe social burguesa, cujo os interesses são voltados para a construção de uma nova sociedade. É nessa fase que o capital começa a revelar sua propensão para a criação do mercado mundial, que se consolida no *capitalismo concorrencial*⁶ - que se inicia em meados do século XVIII. Sucessivamente, no final do século XIX, surgem os monopólios industriais, associados aos monopólios

⁶ “A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a “livre iniciativa” (“iniciativa privada”) tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada [...]” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, P. 185).

bancários, buscando formas de controlar as atividades econômicas (PAULO NETTO; BRAZ 2012, p. 190). Esse é o *estágio monopolista do capital*, que também pode ser chamado de imperialismo⁷. Para Mandel (1985), o imperialismo divide-se em dois momentos: a fase “clássica” (de 1890 a 1940) e o capitalismo tardio, que se inicia a partir de 1940 e está em vigência até os dias atuais.

A crise de 1929 (Grande Depressão) pode ser considerada como uma das maiores crises que eclodiram na fase “clássica” do imperialismo. O foco dessa crise foi o comércio americano, no entanto, os seus impactos foram sentidos no comércio mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). A partir dela, o Estado burguês sentiu uma necessidade maior de intervir na economia, com base no plano econômico liberal keynesiano⁸. Assim, no final da Segunda Guerra Mundial, inaugura-se as “três décadas gloriosas⁹”. Vejamos algumas características desta fase:

- a) O investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos setores monopolizados torna-se progressivamente mais difícil;
- b) As taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados;
- c) A taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência decrescente da taxa média de lucro;
- d) Cresce a tendência a economizar trabalho vivo, com a introdução de inovações tecnológicas;
- e) Mantém-se, ainda que reduzida, a tendência ao subconsumo;
- f) Os preços das mercadorias (e serviços) produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente;
- g) Os custos de venda sobem, uma vez que o sistema de distribuição tende à hipertrofia;
- h) A inflamação se cronifica (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 215).

Foi neste período que o Estado foi pressionado pelo reconhecimento dos direitos sociais no contexto de acirramento da luta de classes. Vale ressaltar, que tal reconhecimento, se deu devido à grande pressão e organização do movimento operário. Portanto, com o objetivo de “acalmar os ânimos” da classe trabalhadora, o Estado viu-se obrigado a incorporar à dinâmica econômica, medidas de proteção social.

⁷ “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelo trusts internacionais e terminou a partilha de todas as terras entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1977 *apud* PAULO NETTO; BRAZ, 2012 p. 193).

⁶ “Ao keynesianismo apregoou-se o pacto fordista, da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86).

⁹ Segundo Paulo Netto e Braz (2012), foi o período em que o sistema mais apresentou econômicos, “[...] nunca vistos, e que não se repetiriam mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado [...]” (p. 208).

Outro fator que caracteriza esse período é a chamada *onda longa de expansão econômica*, na qual houve um grande aumento da produção capitalista, e conseqüentemente, o crescimento econômico e ascensão das taxas de lucro. De acordo com Mandel (1985, p. 85), em uma fase expansiva “os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises de superprodução¹⁰”.

Contudo, no pós-guerra, houve o esgotamento da onda longa expansiva. Conforme Paulo Netto e Braz (2012) o crescimento desacelerou, as taxas de lucro começaram a cair em alguns países, a título de exemplo, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão. Além disso, os autores apontam o “*colapso do ordenamento financeiro mundial*” e o “*choque do petróleo*”, como “*detonadores*¹¹” da “*onda longa recessiva*¹²” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 225, grifos dos autores).

Após essa recessão generalizada, o capital monopolista articulou um conjunto de estratégias e alterações no regime de acumulação, configurando assim, o processo de restauração produtiva do capital. O regime de acumulação sob as bases taylorista-fordista (produção em massa), consolidado nos “trinta anos gloriosos”, é substituído pela acumulação flexível, que:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnologia e organização (HARVEY, 1993, p. 140).

A acumulação flexível – padrão de produção toyotista, caracteriza-se como uma produção horizontal e descentralizada, diferente do fordismo, que se apresentava

¹⁰ Chesnais (2013) explica que “a sede insaciável de mais-valia do capital e o fato de que p mesmo “deseja que se produza exclusivamente para ele, enquanto os meios de produção deveriam servir para uma extensão continua da vida social” [...] explicam que as crises são sempre fundamentalmente crises de superacumulação das capacidades de produção, no qual o corolário é a superprodução de mercadorias. Esta superprodução e esta superacumulação são “relativas; o ponto de referência é a taxa de lucro mínima no qual os capitalistas continuam a investir e a produzir” (CHESNAIS, 2013, p. 30).

¹¹ Baseado em Mandel, Araújo (2014) diz que o detonador da crise “é o fato que precipita a crise, que deflagra o processo cumulativo da crise. Mas, para que o detonador cumpra seu papel de catalisador, é preciso que toda uma série de pré-condições componentes de uma situação de crise estejam presentes na conjuntura, pré-condições essas que não têm ligação direta com o detonador, assim ele não é a causa da crise”. Assim, “[...]o detonador da crise de superprodução pode ser um acontecimento qualquer como a quebra de um grande banco, de uma grande empresa, a redução da demanda pelas mercadorias de um setor importante da economia mundial ou nacional [...]” (p.111).

¹² Ou “*recessão generalizada*, que envolve simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 226).

como um modelo vertical e rígido. Esse modelo trouxe consigo um novo padrão tecnológico, que possibilitou a automatização da produção, com necessidade menor de mão-de-obra, uma vez que se tornou possível produzir em maior escala, com o mínimo de trabalhadores (BEHRING, 2008; PAULO NETTO, 2012; ANTUNES, 1999).

Percebe-se que dentre os resultados da flexibilização, além da precarização das formas de trabalho (salários baixos, alta rotatividade, sem qualquer segurança ou garantia), ocorre também um grande crescimento do desemprego (aumento do exército industrial de reserva¹³), bem como da informalidade. Deste modo, as estratégias reformuladas pela reação burguesa implicaram diretamente nas relações de trabalho, de produção e no desenvolvimento das políticas sociais.

Somado à flexibilização, temos o neoliberalismo – projeto ideológico, disseminado pelo próprio capital, no sentido de reafirmar sua estratégia de reestruturação. De acordo com Paulo Netto (2012), a ideologia neoliberal, associada aos processos de flexibilização, desregulamentação e privatização do patrimônio estatal, impôs consideráveis modificações no papel do Estado, no que diz respeito à sua intervenção na economia. Mas, tais modificações se deram especificamente nas intervenções no âmbito do trabalho e das políticas sociais. Sobretudo, devido a proposta neoliberalista de que o Estado seja mínimo nos gastos com direitos sociais, e máximo para atender aos interesses do capital (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 239).

Os autores supracitados, salientam que a política conduzida pelos neoliberais, teve como prioridade a “reforma”¹⁴ estatal, “no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p.240). Em outras palavras, os neoliberais visavam eliminar os direitos sociais conquistados a duras penas durante os “anos dourados”. Sendo que, as dimensões democráticas da intervenção do Estado (proteção do mundo do trabalho), se colocam como dispositivos que limitam a movimentação do mercado, e conseqüentemente, a acumulação de capital.

¹³ “[...] grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 145).

¹⁴ Nesse momento, a palavra reforma perdeu o seu real sentido tradicional de conjuntos de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sócias.* (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 239) - Grifos dos autores).

Harvey (2008, p. 75) comenta que, no centro da doutrina neoliberal, está “o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e de livre comércio”. O que facilita a corrida desenfreada do capital para se desenvolver e concentrar lucros.

Ainda situando as transformações decorrentes do processo de reestruturação, não podemos deixar de mencionar a privatização – transferência de bens, serviços e empresas estatais para a exploração privada (BEHRING, 2008). Como diz Chesnais (1996), é por meio desse mecanismo que o movimento de globalização do capital encontra possibilidades de ampliação.

Neste sentido, afirma Iamamoto:

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes dos processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras e investimentos coletivos e fundos mútuos) que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais (IAMAMOTO, 2007, p. 108).

Essa mundialização da economia ganha forças, aliada à financeirização do capital, que vem se mostrando desde o ano de 1973, como resultado “da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais entre os anos setenta e meados dos oitenta” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 242 - 243). Observemos características que constituem a financeirização:

[...] estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio de inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros de dívidas, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos [...] (HARVEY, 2006, p. 123).

Toda a nossa argumentação realizada até aqui, nos possibilita a partir de agora, situar a questão ambiental dentro das transformações societárias implementadas pelo capitalismo contemporâneo. Como expressão da “questão social” (que aumentou exponencialmente após os anos 1970), a questão ambiental é uma das expressões da crise do capital que mais se destaca atualmente, não apenas em escala local, mas

também em escala global. Isso em virtude dos impactos causados pelo modo de produção dominante e seu caráter exploratório – que ultrapassa os limites da natureza.

No tocante à associação da questão ambiental com a crise contemporânea, Santos (2015, p. 254) aponta que a “crise ambiental aparece [...] exatamente nos anos 1970 quando, “coincidentemente”, tem início a atual onda longa recessiva”. A autora, deixa claro que não existe coincidência, uma vez que, durante a existência dos anos de “prosperidade”, o aumento da produtividade não ampliou somente a exploração da força de trabalho, aumentou também a exploração predatória da natureza.

[...] o crescente grau de intensidade da apropriação privada da natureza como parte das matérias- primas que ingressam no processo produtivo não permite que decorra o tempo necessário à sua reprodução/reposição. Em decorrência disso entra em cena a escassez e, em alguns casos, a iminente finitude dos recursos naturais, enquanto fatores que condicionam, profundamente, as atuais alternativas debatidas para superação da crise (*Ibid.* p. 254).

Existe, portanto, um descompasso na relação homem – natureza, posto que, a velocidade com que o sistema capitalista produz mercadorias é desproporcional ao tempo de recomposição da natureza. Nesse sentido, Mészáros (2011), em seu livro *A crise estrutural do capital*, ao analisar o sistema vigente, desenvolve uma tese baseada na taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, como mecanismo essencial para o desenvolvimento do sistema. Para o capital, o valor de uso está subordinado ao valor de troca. Ou seja, o valor de uso de uma mercadoria pode ou não ser utilizado, sem que ela perca utilidade para o capital.

Segundo o autor, a tendência decrescente do valor de uso, associada à redução do tempo de vida útil das mercadorias (obsolescência programada), se torna a principal estratégia para o crescimento e recomposição das taxas de lucro do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.12). Na apresentação do livro que acabamos de citar, Antunes afirma que:

Com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante direcionada para a auto-reprodução do capital, intensificam-se as consequências destrutivas, das quais duas anteriormente referidas colocam em risco o presente e o futuro da humanidade: a precarização e a destruição da natureza. (MÉSZÁROS, 2011, p. 12).

Ao falar sobre o quadro acima, Valença (2005, p. 34) considera o modo de produção capitalista como “inimigo da durabilidade dos produtos”. No entanto, quanto

maior o grau de descartabilidade das mercadorias, mais nefastos são os impactos causados na natureza, colocando em xeque a sobrevivência da própria humanidade. Isso ocorre, posto que, ao diminuir o tempo de duração das mercadorias, a produção capitalista possibilita a destruição dos recursos não renováveis e a degradação ambiental.

Harvey (2006) sustenta que, além dos processos de financeirização do capital e de reestruturação produtiva, o capitalismo contemporâneo envolve o processo de acumulação por despossessão ou espoliação que:

[...] inclui a mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade – comum, coletiva, estatal – em direitos de propriedade exclusivos; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos (indígena); os processos colonial, neocolonial e imperial de apropriação de bens (inclusive de reservas naturais); monetarização das trocas e da cobrança de impostos (particularmente da terra); mercado de escravos; usura; o débito nacional; e, por fim, o sistema de crédito como um meio radical de acumulação primitiva (HARVEY, 2006, p. 22).

No entendimento do autor, a acumulação por espoliação resulta na degradação ambiental, e sobretudo, no aprofundamento da ruptura da relação metabólica do homem com a natureza. Nesse sentido, o capital “não pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1009). Ou seja, não há como o sistema avançar na produtividade, sem avançar na mesma medida na destruição.

[...] a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante - os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas (MANDEL, 1985, p.151).

É importante frisar, que as consequências da destruição capitalista na natureza, não afetam as classes sociais de forma igualitária. Tendo em vista o consumo desigual e limitado dos recursos naturais, a crise ambiental ameaça diretamente as classes subalternas. Principalmente, no que diz respeito às necessidades essenciais. Logo,

entende-se que, por mais que a questão ambiental (ou “crise ambiental”) tenha abrangência local e global, os seus impactos atingem países e grupos sociais de maneira distinta, uma vez que reflete as contradições constitutivas do modo de produção capitalista.

Silva (2010) ressalta que, no capitalismo contemporâneo, estados imperialistas e transnacionais, estão em constante disputa pelos recursos naturais. Assim, a degradação ambiental está situada em um cenário de competições entre países centrais e países periféricos. Para Foster e Clarcke (2006), essas disputas compõem o imperialismo ecológico¹⁵, que também está ligado ao processo de “acumulação por espoliação”.

Segundo Harvey (2004, p. 126), o Estado possui um papel importante no processo de “acumulação por espoliação”, sobretudo, firmado na ideologia do Estado mínimo, por deter condições para intervir e “orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral”.

O Brasil, assim como outros países da América Latina, são alvos de interesses das grandes transnacionais – que envolvem megaprojetos que “atacam às condições de vida dos segmentos mais pauperizados da população” (SILVA, 2010, p. 97). Mas, a autora salienta que, organizações têm lutado contra projetos específicos do capital financeiro, através dos movimentos sociais. No item anterior citamos movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros, que diariamente resistem contra os interesses capitalista.

Afinal, a “questão ambiental” está cada dia mais evidente. No Brasil e no mundo, os efeitos das ações capitalistas, em busca do seu interesse de obter lucro só se agravam – independente dos riscos à sobrevivência humana e planetária. Uma das muitas evidências relacionadas ao cenário brasileiro, é o desmatamento.

¹⁵ O imperialismo ecológico apresenta-se de diversas maneiras, mediante o saque de recursos de certos países por outros e pela consequente transformação de ecossistemas inteiros dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalho e populações vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração de vulnerabilidades ecológicas de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia; e, em conjunto, a criação de uma “descontinuidade metabólica” global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio ambiente ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento capitalista. (FOSTER; CLARCK, 2006, p. 226).

De acordo com o último Boletim do desmatamento da Amazônia Legal, fornecido pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), no mês de março de 2021 foram detectados 810 quilômetros quadrados de desmatamento, o que implica um aumento de 216% em relação ao ano anterior, quando foram somados 256 quilômetros quadrados de desmatamento. Em março de 2021, a maioria (35%) do desmatamento foi detectado no estado do Pará. Seguido do estado do Mato Grosso com 25%, Amazonas (12%), Rondônia com 11%, Roraima (8%), Maranhão com 6%, Acre (2%) e Tocantins com 1%¹⁶. Verifica-se no boletim, que a grande maioria – equivalente a 66% do desmatamento – ocorreu em áreas privadas. Conseqüentemente, o desmatamento coopera diretamente com o agravamento do aquecimento global e das mudanças climáticas, cujo os impactos alcançam o mundo inteiro.

Dentre as expressões da “questão ambiental”, Silva (2010) aponta, a produção e destinação de resíduos sólidos. Que coloca em evidência “a tendência de reprodução da desigualdade que marca o imperialismo ecológico” (p.112). Posto que, o homem produz toneladas de lixo que o planeta não é capaz de absorver. No Brasil, a geração de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), entre 2010 e 2019, foi de 79 milhões de toneladas anualmente¹⁷. Quando à destinação final, 59% dos resíduos são destinados a aterros sanitários, 23% destinados a aterros controlados e 17,5% destinados aos lixões.

Acerca da problemática do lixo, Silva (2010) argumenta que, por mais que o modo de produção capitalista utilize um padrão sustentável, sempre criará novos instrumentos de degradação e poluição. Aqui, entra a questão da obsolescência programada que mencionamos anteriormente. Um enorme contingente de (restos) de aparelhos tecnológicos, contribuem para a devastação do meio ambiente, ao serem jogados nos lixões.

Além das questões supramencionadas, a problemática ambiental também envolve os desastres e crimes ambientais causados pela irresponsabilidade das grandes empresas de mineração. Retomamos os exemplos já mencionados anteriormente: o rompimento da barragem de Fundão, propriedade da Samarco, em

¹⁶ Segundo o boletim do SAD (março/2021). Disponível em: < www.imazon.com.br>. Acesso em: 10 de maio 2021.

¹⁷ Panorama de Resíduos Sólidos Urbanos 2020. Disponível em: < www.abrelpe.org.br>. Acesso em: 10 de maio 2021.

Mariana, município de Minas Gerais. Segundo o MAB¹⁸, essa tragédia resultou em 19 mortes, desabrigou milhares de pessoas e destruiu mais de 600 quilômetros do Rio Doce. Citamos também, a tragédia em Brumadinho – MG, que ocorreu no dia 25 de janeiro de 2019, três anos após, o rompimento da barragem em Mariana. Considerado o maior acidente de trabalho da história brasileira, que deixou um rastro devastador. De acordo com o G1 Minas Gerais, morreram mais de 270 pessoas e mais de 3 mil pessoas foram atingidas pelos danos causados pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão¹⁹.

Na tentativa de enfrentar as expressões da questão ambiental, o sistema capitalista prega a ideologia do progresso tecnológico, adotando as chamadas tecnologias “limpas” e as “práticas sustentáveis”. Mas, é importante nos atentarmos às palavras de Silva (2010), a respeito desse desenvolvimento tecnológico, que

Teria adquirido um poder autônomo a partir do qual seria possível explicar a dinâmica da vida social. Sendo assim a história da humanidade e os diversos modos de produzir de viver teriam como força motriz do desenvolvimento da ciência da técnica no capitalismo do Século XXI. Nesse contexto, afirma-se que o crescimento tecnológico em substituição ao trabalho vivo, o aumento do desemprego em escala mundial e a redução do poder dos sindicatos são expressões de uma nova realidade, radicalmente distinta da anterior. Agora o trabalhador e sua força de trabalho não mais seriam produtores de valor e novas formas de acumulação de riqueza estariam sendo gestadas na esteira da automatização do trabalho, na importância crucial da ciência e das tecnologias da informação, as quais configuram novas formas de organização social. Evidencia-se assim uma leitura reducionista da realidade social. (SILVA, 2010, p. 140).

A autora sustenta que, dentro do conjunto de medidas ideológicas, sobretudo, no que se refere à educação ambiental²⁰, a problemática ambiental é convertida em uma problemática individual. Ou seja, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, reeducação e a mudança de comportamento do ser humano no trato do meio ambiente, são os principais mecanismos de superação da questão ambiental. Vale salientar que, a educação ambiental possui sim um papel importante no enfrentamento da problemática ambiental. Todavia, não podemos desconsiderar os aspectos econômicos e financeiros que a envolvem. Por isso, é essencial aliar as

¹⁸ Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: www.mab.org.br>. Acessado em: 30 de Abril 2021.

¹⁹ Disponível em: www.g1.globo.com >. Acessado em 10 de Abril de 2021.

²⁰ “Ancorada na ideia-força do Desenvolvimento Sustentável, a educação ambiental emerge como propagadora de uma nova relação ética entre sociedade e natureza, projeto este colocado acima das clássicas disputas entre capital e trabalho e seus projetos societários: capitalismo e socialismo” (SILVA, 2010, p. 73).

mudanças de comportamento, ao debate acerca da necessidade de superação do sistema vigente.

Em seguida, será apresentado uma discussão geral sobre o Serviço Social como profissão, bem como, área de produção de conhecimento. E, posteriormente, apresentaremos as tendências da produção do Serviço Social sobre a temática da questão ambiental.

3 SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E QUESTÃO AMBIENTAL

Considerando os pressupostos anteriormente apresentados sobre a relação entre capitalismo, “questão social” e questão ambiental no contexto das transformações contemporâneas do capital, a presente seção se debruça sobre o Serviço Social como profissão e área de conhecimento situando o seu projeto profissional com o intuito de evidenciar as conexões sobre Serviço Social e questão ambiental. No mais, a seção apresenta uma caracterização geral dos artigos publicados e apontamentos sobre as tendências teórico-metodológicas da produção científica sobre questão ambiental na Revista Serviço Social & Sociedade com o objetivo de refletir sobre os desafios e possibilidades da produção teórica sobre o tema.

3.1 Serviço Social como profissão e área de conhecimento: fundamentos e projeto profissional

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, que se apoia em um conjunto de instrumentos e fundamentos teórico-metodológicos no campo das ciências sociais para analisar e intervir no objeto expresso nas diversas expressões da “questão social”. Esta resultante do sistema produtivo de obtenção de lucros que substituiu o modo de produção feudal na Europa e se alastrou pelo mundo sendo conhecido como modo de produção capitalista. Esse processo assume feições particularidades no desenvolvimento capitalista da realidade brasileira.

O processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil deve ser situado no âmbito dos desafios e possibilidades de um contexto histórico específico iniciado em fins dos anos 1960 até a consolidação de um projeto profissional na década de 1990 com dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa resultante da hegemonia da teoria social crítica na profissão. Para além dessas, existem outras dimensões que fazem parte o processo de institucionalização do Serviço Social, conforme apontam Lopes, Abreu e Cardoso (2014, p. 196), são elas: “[...] formação, intervenção, produção de conhecimento e organização política da categoria profissional, vinculadas organicamente”.

Iamamoto e Carvalho (2014) em seu livro “Relações Sociais e Serviço Social

no Brasil” vai situar o caráter da inserção profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho bem como no âmbito dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Situa ainda a ação dos primeiros assistentes sociais no contexto dos anos 1930, os precursores da profissão que por sua vez tinham influências da Igreja Católica e seguia as vertentes filosóficas neotomista (releitura da filosofia do padre e filósofo São Tomás de Aquino, e sua teoria do “bem comum” tinha direcionamento católico) e positivista. Ou seja, o processo inicial de institucionalização da profissão no Brasil tem íntima articulação com o pensamento conservador.

A presença do conservadorismo moral no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da igreja católica e na cultura brasileira, através das ideias positivistas. A vivência cotidiana, orientada por seus pressupostos valorativos, tende a reproduzir a alienação moral em seus aspectos já assinalados: a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, o pensamento ultra generalizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adéqua aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos” (BARROCO, 2010, p. 74).

Com uma atuação moralizadora, os primeiros profissionais do Serviço Social eram orientados por uma visão messiânica, compostos por mulheres de “boas aparências” e “reputação”, das quais acreditavam ser “dóceis” e “caridosas”. Assim, supostamente, tinham a “missão” de reparar os “desajustamentos” daquele período por meio de ideias construídas pela Igreja Católica e legitimada pelos setores dominantes nos anos 1930.

Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a "busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais" (YAZBEK, 2009, p. 06)

A primeira Escola de Serviço Social data de 1936 no contexto do processo de industrialização e aparecimento da “questão social” como questão política no cenário econômico-social. Em 1947 é aprovado na assembleia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), também na cidade de São Paulo, dando origem ao primeiro Código de Ética do Serviço Social ainda carregado de ideias dominantes da

Igreja Católica mas que posteriormente será superado de acordo com as particularidades do contexto histórico da sociedade brasileira.

No decorrer da década de 1960, o Serviço Social enfrentou alguns questionamentos sobre as influências, ações e fundamentos da profissão, originando o movimento de reconceituação que no Brasil possui particularidades no cenário de autocracia burguesa desencadeada a partir do golpe de 1964 e assumiu três vertentes distintas: a perspectiva modernizadora (de base funcional-estruturalista); a perspectiva de reatualização do conservadorismo (de base fenomenológica) e a perspectiva de intenção de ruptura (de base marxista) (PAULO NETTO, 2015).

O Serviço Social brasileiro passou por diversos desafios para superar o conservadorismo anterior a apropriação do marxismo como suporte teórico-metodológico. Após apropriação da teoria social de Marx para compreensão dos fundamentos da profissão, surgem novas produções teóricas interventivas, ou seja, ocorre um confronto de posições ídeo-políticas.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, [...] presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (YAZBEK, 2009, p. 09).

Em segundo momento, o Serviço Social passa pelo processo de maturação que representa um avanço na profissão, a ruptura parcial com a sua base religiosa e conservadora. Ou seja, a superação no âmbito da categoria profissional cuja herança conservadora se reatualiza e permanece até então, mesmo com a hegemonia da perspectiva crítica.

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira. [...] Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. PAULO NETTO, 1996, p. 111) e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas (YAZBEK, 2009, p. 11).

Outro marco do período se deu a partir dos crescentes movimentos sociais e inserção da classe trabalhadora na política, essa década perpassou pelo que foi

intitulado de “anos rebeldes” devido a criticidade despertada pelos jovens e mulheres que questionam a ordem, valores e etc. Ou seja, as diversas manifestações em oposição ao regime ditatorial propiciaram momentos oportunos para uma ruptura com o histórico conservadorismo no Serviço Social, o que ocorre no final da década de 1970 com o “Congresso da Virada” de 1979 e toma força na década de 1980 com a reformulação do Currículo Mínimo de 1982 e do Código de Ética Profissional de 1986.

No final do período ditatorial os movimentos de insatisfação eram crescentes, lembrando que o país vivenciava um momento de expansão do capitalismo monopolista, tendo em vista a relação capital/trabalho, as expressões da “questão social” se propagam que resulta na organização da classe trabalhadora e inserção na cena política, essa insatisfação da massa levará os assistentes sociais da época a questionar os fundamentos e intervenção profissional.

Os trabalhadores ora “excluídos” do processo de produção conscientizam-se da sua condição subalternizada e iniciam uma organização por meio de movimentos sociais realizando reivindicações e a categoria de assistentes sociais sofre as incidências desse contexto histórico que exige a busca de refletir e superar os valores advindos da sua gênese e optar por se vincular ao interesse da classe trabalhadora, como se expressa no Código de Ética Profissional de 1986:

A categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora” (CFESS, 1986), s/p).

Não é velado que nesse período de “transição” da década de 1970 para 1980 o cenário político-social era bem agitado em face da “crise” da ditadura empresarial-militar. Ou seja, o processo de institucionalização e desenvolvimento da profissão de Serviço Social deve ser situado no âmbito de determinadas condições sócio históricas, em face das mudanças ocorridas na conjuntura política e do contexto em que a classe trabalhadora se encontra em cada momento histórico da realidade brasileira.

Tal cenário de “transição” se construía a partir da expansão do capitalismo e a

inserção de uma classe trabalhadora fragilizada no mercado de trabalho e em sua maioria advindas da zona e trabalho rural que tinha que se adequar à nova realidade e “avanços” da sociedade do capital.

A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas pelas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992, *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Cenário de número elevado de pessoas em uma única região, em busca de emprego, como por exemplo nas grandes cidades, em busca de melhores condições de vida, ocorre a ocupação de terrenos periféricos que são mais propensos à erosão e ausência de a infraestrutura básica para a garantia de qualidade de vida e de desenvolvimento social da população.

Embora estes trabalhadores migrassem do trabalho rural em busca de melhorias e “ajustamentos” ao modelo econômico, esses eram postos em um cenário de trabalho precarizado e de brusca extração de mais-valia que ocasionará em visibilidade da “questão social” e tomada de consciência, logo, tem se a necessidade de repensar em novas práticas que atendesse a massa coletiva.

Diante de todo esse apanhado é lícito afirmar que a categoria passou por diversos momentos até a cena contemporânea que se consolidou como profissão e também área de conhecimento resultante um movimento histórico de “renovação” da profissão e hegemonia da intenção de ruptura (PAULO NETTO, 2015). Esse processo foi fundamental para a categoria profissional se reconhecer e entender a complexidade da “questão social”, ou seja, até tomar a forma de hoje enquanto uma profissão historicamente construída da qual se destaca o caráter crítico-reflexivo, propositivo e interventivo.

O Serviço Social como profissão intervém no âmbito das políticas sociassistenciais, na esfera pública e/ou privada, desenvolvendo tanto atividades que envolvem abordagem direta com a população (entrevistas, atendimentos de plantão social, visita domiciliar, orientações, encaminhamentos, reuniões, trabalho com indivíduos, famílias, grupos, comunidades, assembleias, ações de educação e organização popular etc.), como trabalhos de pesquisa, administração, planejamento, supervisão, consultorias e gestão de programa sociais (YASBEK, 2008, p. 18).

Percebe-se que no início da profissão no Brasil, o Serviço Social era percebido segundo um viés praticista e pragmático à serviço dos interesses das classes

dominantes com ações focalizadas que se encarregava de dar respostas imediatistas às diversas expressões da “questão social”. Todavia essa perspectiva tem se fragmentado com a hegemonia da intenção de ruptura e a consolidação da pesquisa na formação e trabalho profissional que tem resultado na produção de conhecimentos a partir da realidade social.

Setúbal (2007) faz uma reflexão sobre os desafios para o exercício da pesquisa associada à prática profissional por parte dos profissionais de Serviço Social. Sendo a pesquisa, um divisor de águas no fortalecimento da dimensão investigativa da profissão e como instrumento de uma prática transformadora - ou práxis profissional – comprometida com um projeto profissional orientado pelos interesses da classe trabalhadora.

Dessa forma, não se pode considerar as relações entre capital e trabalho como fator único, determinante, das condições objetivas para a construção do conhecimento nesta área. Não resta dúvida que elas são importantes, mas outros fatores permeiam as definições que põem o profissional em movimento e dão qualidade ao exercício profissional. Por esta razão, torna-se inaceitável, nos dias atuais, principalmente partindo de profissionais, há pouco tempo graduados e até pós-graduados (*lato sensu*), a defesa do discurso que prega ser o Serviço Social uma profissão eminentemente prática. Esse caráter constituiu a sua gênese no Brasil, por volta de 1936; foi fortemente cravado para compor o perfil do tipo de profissional que o sistema político brasileiro necessitava para dar 'resposta' à questão social, ou, melhor dizendo, às suas múltiplas expressões decorrentes: das desigualdades sociais, das injustiças sociais e da expropriação do homem, dos seus bens de produção. (SETUBAL, 2007, p. 68).

Baseado na teoria social crítica marxista, a autora ainda situa o debate acerca da pesquisa discorrendo sobre a importância de apropriação da complexidade da realidade, para isso é indispensável a incorporação da pesquisa na formação e trabalho profissional, assim como o entendimento da realidade social como construção histórico-social.

Nesse âmbito, a dimensão investigativa na formação e exercício profissional é fundamental como processo identificador da essência da realidade e necessária para a produção de conhecimentos. Considerando que a realidade social não revela sua concretude de imediato, para isso, é necessário mover-se do estado contemplativo para práxis transformadora, esta possibilita estratégias de superação.

São muitas as questões possíveis de serem levantadas pelas mentes inquietas existentes no Serviço Social. Por isso é que se vê como necessário o desenvolvimento da prática investigativa, não apenas para cumprir exigências institucionais de ordem acadêmica, mas também para cumprir

exigências do Serviço Social como profissão historicamente situada (SETUBAL, 2007, p. 66).

No Serviço Social a postura investigativa e pesquisadora deve fazer parte não apenas da formação profissional, mas também no exercício profissional. Contudo, há autores que apontam o crescimento da pesquisa científica e destacam algumas críticas e questionamentos. Como Setubal (2007), que coloca que apesar dos consideráveis números de publicações, temos o desafio de encarar a dificuldade de encontrar um bom número de produção de pesquisa por parte dos profissionais de ponta.

No que se refere à formação, é válido ressaltar que, desde as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), a disciplina de pesquisa foi indicada como fundamental e obrigatória na formação acadêmica em Serviço Social. Uma vez que as instituições de ensino tem um papel decisório na preparação não só para o mercado de trabalho, mas também na construção de um profissional ciente da necessidade de aproximação com o seu objeto de intervenção. Esse avanço no reconhecimento da pesquisa como fundamental à formação profissional é também um incentivo aos profissionais que poderão compreender a sua importância e incorporação no exercício profissional podendo também contribuir com a produção de conhecimentos da área.

A pesquisa é um dos procedimentos teórico metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. Permite uma auto-análise e revisão permanente dos que a praticam, uma compreensão do outro, com mais tolerância; o repensar o dito, o obrigado a ouvir e a aceitar, por ser procedente da autoridade produtora do conhecimento já reconhecido no meio da intelectualidade, ou da autoridade decorrente da função institucional. Ainda com a sustentação no estudo e na pesquisa, percebe-se que cada discurso é apenas uma forma de compreensão da realidade e não uma verdade absoluta sobre ela. Inumeráveis são as vantagens da pesquisa, para os que a praticam. (SETUBAL, 2007, p. 70)

Importa frisar que há uma diferença entre pesquisa científica de um pesquisador e uma pesquisa de um cidadão, uma vez que as finalidades são distintas. A pesquisa executada por um pesquisador científico busca aspectos e fatos que lhe permita ver uma nova realidade ou um novo fato, diferentemente o cidadão busca aspectos que comprove o seu conhecimento a respeito de um determinado objeto.

Além disso, é importante situar a particularidade da pesquisa e produção de conhecimentos das Ciências Sociais em relação às demais áreas do conhecimento:

Por fim, é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (MINAYO, 1994, p.15).

Pontuamos até aqui, alguns dos desafios postos à profissão, mas que não se sobrepõem à persistência e direcionamento dos assistentes sociais na perspectiva de um projeto profissional crítico. Para isso, estão em constante busca e atualização, e em meio a tantas implicações, os assistentes sociais tem deixado contribuições importantes reafirmando a profissão com dimensão prático-operativo e área de conhecimento, destacando-se no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas.

Ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa (MOTA, 2013, p. 19).

Reconhecido pelas maiores agências de regulação e fomento à pesquisa, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Serviço Social é uma área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas com vinculação de vários programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em nível nacional. Diante disso, a demanda por intelectuais do Serviço Social tem sido crescente, tanto no âmbito da docência no magistério superior quanto para a qualificação de políticas sociais. Conforme destacado por Mota (2013), é notório o aumento das produções científicas da área com vínculo nas instituições federais, governamentais o que tem contribuído com a categoria na formação de opiniões, inclusive no mercado editorial.

Embora sem os subsídios de um levantamento quantitativo, é notória a interlocução e a incorporação da bibliografia produzida pelos intelectuais da área do Serviço Social nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no Brasil e nas produções vinculadas a instituições governamentais, resultando no crescimento do índice de citações de autores do Serviço Social. Acrescenta-se a abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais e a incorporação de quadros intelectuais do Serviço Social, como formadores de massa crítica no âmbito dos movimentos sociais, populares e sindicais, como nos casos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgênero (LGBT), de Mulheres e da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (Escola Florestan Fernandes), além da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, dentre outros. Ademais, constata-se um significativo crescimento da demanda de profissionais de outras áreas pelas pós-graduações em Serviço Social, tanto em nível de mestrado, como, principalmente, em nível de doutorado, motivada pela busca do conhecimento crítico no campo das ciências humanas e sociais, sem que tal demanda seja caracterizada por uma relação de qualificação para o exercício profissional do Serviço Social, mas por uma interlocução com a área de conhecimento, pelo reconhecimento da qualificação dos seus docentes, além dos referenciais teórico-metodológicos e das linhas de pesquisa dos programas (MOTA, 2013, p. 18).

Ao ligarmos a pesquisa e prática, perceberemos a similaridade na efetividade da realidade objetiva e ambas necessitam uma da outra, ou seja, são intrínsecas à formação e exercício profissional. Historicamente o Serviço Social surgiu de uma prática singular robusta de pensamentos carregado de fatores histórico-sociais. Ao longo do tempo, a profissão se reinventou e o exercício profissional se direcionou ao objeto de intervenção - “questão social” – com base na teoria social crítica possibilitando a reflexão sobre os limites, contradições e possibilidades de da intervenção profissional no âmbito das relações sociais capitalistas.

É válido salientar que a conjuntura econômica nos anos 1980 e 1990 era de crescentes índices de pobreza. Em face desse cenário ocorrerá a institucionalização da seguridade social no país por via da Constituição Federal de 1988 que por sua vez permanece vigente. Apesar dos avanços nos marcos legais do texto constitucional, o país então passa por uma regressão com as intervenções da influência neoliberal, em seguida, pela reestruturação do mercado de trabalho.

A conjuntura econômica é dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis. Não devemos esquecer que nos anos 80 (a “década perdida” do ponto de vista econômico para a CEPAL) a pobreza vai se converter em tema central na agenda social, quer por sua crescente visibilidade, pois a década deixou um aumento considerável do número absoluto de pobres, quer pelas pressões de democratização que caracterizaram a transição. [...] É nesse contexto, e na “contra mão” das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional

mundializada que o Brasil vai instituir constitucionalmente em 1988, seu sistema de Seguridade Social (YAZBEK, 2009, p. 14).

Apesar de se encontrar no cenário de privatizações, desmonte de direitos, serviços precarizados, retirada de recursos que seria investido nas políticas públicas, a profissão de Serviço Social na década de 1990 se consolida seja na organização das suas entidades representativas, nos marcos legais (Código de Ética Profissional e Lei nº 8.662 de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993) e na produção de conhecimentos da área com referencial teórico crítico.

Em meio ao cenário faz se necessário que o assistente social se fortaleça através de qualificação acadêmica permanente, da pesquisa, incentivando a classe trabalhadora a busca por suas garantias e lutar por direitos sociais tendo como horizonte uma nova realidade social.

Desta perspectiva, o Serviço Social tem uma função ideopolítica – prática e intelectual – mediadora do processo de produção e de reprodução social, via construção de metodologias, práticas e elaboração de propostas de enfrentamento às sequelas da pobreza e da desigualdade, por um mandato das classes dominantes, porém não exclusivamente, como já teorizado no clássico *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* [...]. E a exercita tanto no campo das políticas sociais como no da afirmação de direitos, assim como na instrumentalização intelectual, ideológica, política e técnica dos processos de resistência e luta das classes subalternas (MOTA, 2013, p. 23).

Em suma, o Serviço Social ampliou sua função intelectual, firmou sua base enquanto profissão e área do conhecimento e construiu uma cultura crítica e política sendo uma referência no campo das Ciências Sociais Aplicadas. No decorrer desse processo de amadurecimento ideopolítico e de renovação intelectual do Serviço Social, a Revista *Serviço Social & Sociedade* exerce papel relevante na produção de conhecimentos da área, nesse sentido, é um os espaços de socialização de iniciativas de fomentar o debate sobre a questão ambiental, conforme veremos a seguir.

3.2 Caracterização geral de artigos sobre questão ambiental na Revista Serviço Social & Sociedade

Obedecendo os critérios previamente estabelecidos nos objetivos da pesquisa, para a elaboração deste trabalho utilizamos como base de análise a Revista *Serviço*

Social & Sociedade²¹, que possui um papel muito importante no desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro enquanto área de produção de conhecimento, sendo um dos canais principais de socialização da produção de conhecimento da profissão.

O periódico surge num contexto de efervescência social e política no Brasil, momento de acirramento das lutas contra o regime empresarial-militar no ano de 1979. Nos dias atuais, a revista *Serviço Social & Sociedade* possui classificação Qualis A1 no sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e é reconhecida nacional e internacionalmente por debater temas diversos não apenas exclusivos ao Serviço Social mas também de outras áreas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Tendo em vista que a revista *Serviço Social & Sociedade* passou a ser disponibilizada na plataforma digital *Scielo* a partir de 2010, analisamos as publicações a partir desse período.

Inicialmente realizamos o levantamento e tabulação dos dados, e por seguinte, fizemos a caracterização geral dos artigos sobre a temática da questão ambiental abrangendo tais aspectos: Ano de publicação, área de formação e vínculo dos autores, regiões do Brasil que se destacam as produções, temas que se destacam e eixos temáticos em que as produções se concentram.

Os quadros 01 e 02 demonstram a seguir o número total de revistas publicadas por ano e o número de artigos que, de alguma forma, discutem a temática ambiental.

Quadro 1 – Número de revistas publicadas no Scielo nos anos 2010 a 2021

Ano	Total de revistas
2010	4
2011	4
2012	4
2013	4
2014	4
2015	4

²¹ Nesse contexto, em setembro de 1979, antes mesmo da realização do “Congresso da Virada”, é publicado o primeiro número da *Revista Serviço Social & Sociedade*, cuja trajetória caminhará em consonância com a história da profissão, suas lutas e avanços, preservando e difundindo sua memória, sua cultura e seu projeto profissional. [...] revista nasceu do diálogo mantido entre a Cortez Editora e um grupo de assistentes sociais, professores/as da PUC-SP, liderado pela professora Myriam Veras Baptista (YASBEK et al., 2016, p. 347).

2016	3
2017	3
2018	3
2019	3
2020	3
2021	2
Total:	41

Fonte: Sistematizada pela autora com base na Plataforma Scielo.

Quadro 2 – Artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade que tratam a temática ambiental

Ano	Nº da revista	Nº de artigos que abordam a temática
2011	106	1
2015	122	1
2015	123	3
2017	129	1
2020	139	1
Total:		7

Fonte: Sistematizada pela autora com base na Plataforma Scielo.

Os dados anteriores nos mostram que no período compreendido de 2010 - 2021, foram publicadas 41 edições da revista e somente 07 delas contém artigos que discutem a temática em questão. Ademais, é possível observar que o ano em que houve maior incidência de artigos voltados para essa temática foi o ano de 2015, com um total de 04 artigos, sendo 03 em uma única revista (nº 123).

Na caracterização dessas publicações, destacamos: área de formação e vínculo profissional da autoria e regiões. Este item tem como foco identificar quem são os autores dos artigos e qual a área de formação de cada um deles, considerando que são dados de acesso público. De acordo com nosso levantamento, obtivemos os seguintes dados: dentre os 07 artigos (ver Apêndice), 06 são de autoria de profissionais ou docentes do curso de Serviço Social. Entre os autores do Serviço Social, 04 são doutores, 01 doutorando e 02 mestres. Não há ocorrência de artigos de alunos da graduação. Além disso, observou-se 01 artigo de autoria de profissionais das áreas de Engenharia de Produção, Educação e Química (vinculado à Fundação Oswaldo Cruz).

É importante nos atentarmos aqui, para o fato de não haver, dentre os artigos analisados, artigos escritos por estudantes graduandos, uma vez que, este pode ser um indicador da ausência do debate sobre meio ambiente e questão ambiental dentro das universidades, sobretudo na graduação.

Em relação às instituições às quais os autores estão vinculados foram identificadas 08 instituições de ensino, sendo 04 universidades federais, 03 universidades estaduais e uma instituição federal de pesquisa. O quadro abaixo demonstra a relação das instituições identificadas nas produções.

Quadro 3 - Especificação das instituições de vinculação dos autores dos artigos

Instituição	Categoria
Universidade Federal de Sergipe	Universidades Federais
Universidade Federal de Pernambuco	
Universidade Federal do Amazonas	
Universidade Federal do Espírito Santo	
Fundação Oswaldo Cruz	Instituição Federal de Pesquisa
Universidade Regional de Blumenau	Universidades Estaduais
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	

Fonte: elaboração própria

É importante frisar que, todos os artigos analisados estão vinculados à instituições públicas de ensino superior e programas de pós-graduação em Serviço Social. Isso indica a prevalência da pesquisa científica acadêmica nas publicações da revista. Segundo Paulo Netto (2011), o espaço universitário é de extrema importância para o Serviço Social. Para este autor é “impossível imaginar o desenvolvimento profissional sem que, na categoria profissional, exista um segmento dedicado expressamente a pesquisa – e tudo indica que tal segmento encontra seu espaço na universidade” (PAULO NETTO, 2011, p. 19).

Segue abaixo o quadro demonstrando os estados em que as instituições de ensino estão localizadas: Sul, Sudeste, Norte e Nordeste.

Quadro 4 - Especificação das regiões de localização das instituições de vinculação dos autores dos artigos

Estado	Número de artigos
Espirito Santo	1
Santa Catarina	1
Paraná	1
Ceará	1
Pernambuco	1
Amazonas	1
Rio de Janeiro	1

Fonte: elaboração própria

Em síntese, os aspectos analisados até aqui nos permitiram afirmar que o fomento de pesquisas e produções científicas ocorrem fundamentalmente nas instituições públicas de ensino e pesquisa. Dessa forma, é fundamental a defesa dessas instituições considerando sua função social na produção e difusão de conhecimentos eticamente referenciados nas necessidades coletivas. Assim como essa caracterização possibilitou uma melhor aproximação das produções e, sobretudo, no sentido de facilitar a identificação das tendências que direcionam as pesquisas que serão expostas a seguir.

3.3 Tendências teórico-metodológicas das produções sobre questão ambiental na Revista Serviço Social & Sociedade

Antes de avançarmos para a análise das tendências, para nortear o processo de caracterização das produções, realizamos a leitura dos artigos na íntegra. A partir disso, percebeu-se alguns eixos temáticos que expressam as particularidades das tendências na produção de conhecimentos sobre a questão ambiental. Sendo eles: a) Questão Ambiental e Saúde; b) Questão Ambiental e questão social; c) (In)sustentabilidade e desenvolvimento capitalista; d) Questão ambiental e Serviço social, expostos a seguir:

a) Questão Ambiental e Saúde

Neste eixo, os autores preocuparam-se em debater a relação existente entre meio ambiente e saúde, vinculando essa relação ao processo de acumulação de

capital. Afirmando que a dinâmica contraditória do sistema de produção capitalista, à medida que intensifica a destrutividade ambiental, reflete diretamente na saúde humana, gerando maior impacto para os seguimentos pauperizados. Essa afirmativa se expressa no cenário de desigualdade do Brasil, no qual o número elevado de pessoas em busca de emprego nas grandes cidades, ou seja, em busca de “melhores condições de vida”, acaba resultando na ocupação de terrenos periféricos que são mais propensos à erosão e ausência de infraestrutura básica para a garantia de qualidade de vida e de desenvolvimento social da população.

Dentre os problemas apontados pelos autores, está: a falta de saneamento básico que traz uma série de riscos a população e pode causar diversos problemas de saúde, tais como: febre amarela, parasitoides, leptospirose, dengue, cólera, amebíase, febre tifoide, diarreia e outros. Silva (2015) cita em sua pesquisa, Souza e Andrade (2014) afirmando que “O Brasil é considerado um retrato da acumulação epidemiológica, em que mais de 50% da mortalidade, atualmente, deve-se a doenças do aparelho circulatório e a causas externas” (p.15). Nesse sentido, a autora afirma ser imprescindível que se tenha em conta as particularidades sócio históricas, a concentração de renda e a desigualdade estrutural do país, para que se possa compreender as mediações que perpassam a questão da saúde.

Silva (2015) destaca também que o conjunto dos conflitos ambientais ganham maior ênfase na medida em que as classes subalternas se deparam com a precarização e escassez dos serviços públicos de saúde, principalmente em áreas rurais, impondo assim, enormes desafios para a política pública de saúde.

b) Questão Ambiental e “Questão Social”

Com a solidificação do capitalismo, a estrutura social, econômica e ambiental passou por transformações. As agressões ao meio ambiente expandiram em nome do capitalismo e para que esse meio de produção permaneça vivo é necessário que o mesmo continue em constante ampliação e assim a exploração da natureza tende a crescer. Em face do exposto, a crise ambiental é impulsionada pelo modo de produção capitalista que exaure os recursos naturais na incessante busca por lucros, em suma, a acumulação privada de riqueza (re)produz a questão ambiental e, ao mesmo tempo, a “questão social”.

Partimos da concepção que relaciona o entendimento da questão ambiental à questão social como uma unidade, organicamente vinculadas e decorrentes do modo de produção capitalista. Essas questões são históricas e estão entrelaçadas na organização social vigente, regida pelo modo de produção capitalista, ou seja, na racionalidade própria do capital. De modo que a degradação dos solos, intensificação na produção da tecnologia, poluição do ar, aumento da pobreza, violência, mercantilização dos recursos naturais, entre outros, são partes constitutivas da crise estrutural do capital – não é isoladamente o meio ambiente natural que está em crise, a crise é do sistema do capital –, que degrada o homem, os seus meios de sobrevivência e a realização de suas atividades ao subjugar-las frente aos interesses econômicos dominantes (CAVALCANTI, 2018, p. 02).

A questão ambiental e os fatores que envolve o tema são constituintes da conjuntura atual nas diversas esferas sociais, debater o meio ambiente não é só discutir os parâmetros biológicos da vida. Para além disso, debater questão ambiental é refletir de uma maneira macro estabelecendo ligações com os aspectos histórico-sociais e político-econômicos da vida humana e da sociedade. Ou seja, analisar a questão ambiental ou problemas ambientais é também desfiar manifestações da desigualdade social que resultam do processo de produção capitalista.

c) (In)sustentabilidade e desenvolvimento capitalista

O eixo temático de maior recorrência entre os artigos está centrado da discussão sobre o desenvolvimento sustentável posto pelo modo de produção capitalista. Os autores afirmam que essa concepção de sustentabilidade, é na verdade, uma construção política e ideológica, que atende aos interesses do capital. Existe um discurso de enfrentamento da crise ambiental, no entanto, as estratégias de enfrentamento não apontam para a superação do modo de produção vigente, pelo contrário, desconsideram as contradições acerca da problemática ambiental no interior do modo de produção capitalista. A política de desenvolvimento (in)sustentável resulta na destruição da natureza, das condições de vida e da força de trabalho.

Em seu artigo, Silva (2015, p. 436) concebe que o principal objetivo desse discurso ideológico é “[...] a obtenção de legitimidade social para as práticas predatórias, afastando, assim, os obstáculos à acumulação privada”. De acordo com a autora, um dos grandes apoiadores dessa ideologia é o Estado, que por um lado financia e apoia projetos como mineração, monocultivo, construção de hidrelétricas e etc., e por outro, é omissos em relação à garantia do cumprimento das condicionalidades de licenciamento ambiental.

d) Questão ambiental e Serviço social

As produções centradas neste eixo, abordam a relação do Serviço Social com a temática, direcionada para a intervenção e produção de conhecimento. O artigo intitulado “A Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para a sociedade” é uma produção bastante particular, pois, situa o histórico do programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, bem como as suas contribuições para o enfrentamento das expressões da “questão social” na Amazônia, por meio das pesquisas e extensões.

As autoras advogam que o Amazonas é palco de inúmeras expressões da “questão social” e ambiental, deste modo, é necessário que o olhar do programa se volte para responder às demandas sociais dessa região. Para tanto, o foco principal é a formação de profissionais tanto do Serviço Social, quanto de áreas afins, para intervir nas demandas da população amazônica e na formulação de políticas sociais no contexto socioambiental.

A partir das leituras, constatou-se que todas as produções são orientadas pela teoria social crítica, situando criticamente a problemática ambiental no modo de produção capitalista, apontando sempre para relação contraditória entre capital e natureza. No entanto, observa-se entre as produções, apenas 04 artigos que debatem diretamente a questão ambiental enquanto expressão da “questão social”. Silva (2015) aponta que não há como agarrar as determinações da questão ambiental separando capitalismo e produtivismo. A apropriação dos recursos naturais é perpassada pela mesma lógica de apropriação dos frutos da produção social, por uma pequena parte da sociedade. Já os impactos ambientais causados pelo uso desenfreado dos recursos naturais são sentidos, de forma desigual, entre os seguimentos da sociedade, tendo um peso maior sobre as classes mais pobres.

Neste universo, nos deparamos com uma pesquisa com o tema Serviço Social e desastres, que tinha como finalidade incluir a temática dos desastres ambientais na agenda de debates teórico-políticos e de produção de conhecimentos da profissão. A autora afirma que, na categoria, os debates e o desenvolvimento de estudos sobre essa temática são bastante recentes, sendo necessário avançar nas reflexões e debates coletivos nesse âmbito.

No mais, embora a produção científica do Serviço Social no campo da questão ambiental ainda seja incipiente, considerando a Revista Serviço Social & Sociedade,

é possível perceber iniciativas de fomentar esse debate em várias regiões do país, conforme a caracterização apresentada anteriormente. Além disso, tais produções tem se orientado na análise da questão ambiental numa perspectiva de totalidade da realidade social e situada na dinâmica da sociabilidade capitalista, o que pressupõe o desvelamento da lógica destrutiva no capitalismo que põe em questão as necessidades coletivas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a discutir questão ambiental refletindo sobre suas determinações no sistema capitalista, bem como na sua relação com o Serviço Social. Posto que, a questão ambiental se configura como reflexo das profundas contradições do modo de produção vigente. Concordamos com a afirmativa feita por Silva (2010), quando diz que “[...] tanto a depredação ambiental quanto a exacerbação da “questão social” compõem uma unidade estrutural [...] integrando um mesmo movimento destinado a assegurar as bases materiais e simbólicas do processo de acumulação do capital” (p.231).

Neste sentido, é fundamental aos profissionais do Serviço Social a compreensão dos mecanismos e mediações que vinculam a questão ambiental à reprodução das relações sociais e à totalidade social. Partindo desse ponto, objetivou-se analisar a relação entre a profissão e a questão ambiental, a partir da produção de conhecimento da categoria, com foco na Revista Serviço Social & Sociedade, um histórico periódico e um dos principais da área. Desse modo, buscamos conhecer o que o Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento, têm produzido reflexões sobre a questão ambiental.

Os dados obtidos através da pesquisa que serviu como base para a construção desta monografia foram analisados sob a orientação do materialismo histórico dialético, que tornou possível a compreensão das raízes da crise e da questão ambiental. Marx, baseou seus estudos na “análise do sistema capitalista e de seus efeitos sobre a classe operária. Não obstante, seu método lhe permitiu ver mais além do seu objeto de estudo, assinalando os impactos concomitantes da produção capitalista sobre a natureza” (FOLADORI, 1997, p. 145).

De fato, na contemporaneidade, as evidências da crise ambiental, emergente da crise estrutural do capital, estão cada vez mais escancaradas no Brasil e no mundo. Recentemente, a página Casa Ninja Amazônia fez uma publicação baseada em dados recentes fornecidos pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) os quais apontam “que uma das graves consequências da destruição ambiental em curso é a transição ecológica da Amazônia que está próxima de um “ponto de não

retorno”, em que o processo de desertificação se torna irreversível” (CASA NINJA AMAZÔNICA, 2020²²).

Retomando os objetivos da pesquisa, através das leituras constatou-se que, embora ainda seja uma aproximação recente, o Serviço Social vem adentrando na discussão da problemática ambiental, produzindo estudos e pesquisas que tem apontado, sobretudo, para a crítica à suposta compatibilidade entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento econômico/capitalista. Porém, tais produções partem do entendimento de que não é possível alcançar o primeiro, enquanto a lógica produtivista estiver em vigência.

O estudo revelou também que no âmbito do exercício profissional, é recorrente a demanda por assistentes sociais na mediação de conflitos e desastres ambientais em diversos territórios. Todavia, os autores salientam que a intervenção do profissional não deve se limitar apenas à mediação de conflitos, uma vez que, existem outras possibilidades para a atuação, como por exemplo, a participação na elaboração, implementação e execução de políticas públicas ambientais.

No decorrer da pesquisa, essa última consideração, acerca da possibilidade da inserção de assistentes sociais na elaboração e implementação de políticas públicas ambientais, levantou-se como uma questão que merece ser abordada de forma mais aprofundada em estudos posteriores, juntamente com o debate sobre os desafios postos aos profissionais que atuam na área em meio ao contexto de Estado neoliberal e nas particularidades regionais.

É importante enfatizar que o presente trabalho é o esforço de uma aproximação inicial com o tema e não se esgota em tais análises expostas. Esperamos que ele sirva de instrumento e que contribuir para novas discussões, pois, por ser um tema vasto e pouco explorado, é necessário um contínuo estudo na área, não apenas em nível de pós-graduação, mas também em nível de graduação.

Desta forma, destacamos o debate ambiental no Serviço Social está em processo de construção, fazendo-se necessário a ampliação dos estudos pautados na perspectiva crítica, para que haja a superação dos discursos supostamente “neutros”, que acabam por reduzir a questão ambiental ao aspecto ecológico e natural. É imperioso, levar-se em consideração os demais aspectos: sociais, econômicos, históricos, políticos e, sobretudo, a relação natureza/trabalho no contexto de crise

²² Disponível em: <https://casaninjaamazonia.org>

estrutural capitalista e Estado neoliberal, para que assim, possamos seguir em direção à construção de uma nova forma de organização social.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. A atualidade de Marx para o debate sobre a tecnologia e meio ambiente. **Crítica Marxista**, v. 27, p. 11-25, 2008.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, N. M. S. et. al. Conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro: tema de interesse para o Serviço Social. **R. Katál**. Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 363-373, maio/ago. 2019.

ARAÚJO, P. H. F. de. Mandel e as crises econômicas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. 39. Outubro/2014.

AVILA, M. R. R.; ANTUNESMATTED, M. A.; Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 343-365, maio/ago. 2017

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/184131597/Ética-e-Serviço-Social-Fundamentos-Ontologicos-Maria-Lucia-Silva-Barroco-3ª-Edicao-pdf>>. Acessado em: 15 de julho de 2021.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.938** de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. 1981.

BRESSAN, C.M.F. **Serviço Social e Meio Ambiente**: Um diálogo em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10, 2001, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta Dia do Meio Ambiente**. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos> . Acesso em abril de 2020.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. **Rev. Em pauta**, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2013. n. 31, v. 11, p. 21-37.

FOLADORI, G. A questão ambiental em Marx. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.4, p.140-61, 1997.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J.B; CLARCK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH L.; LEYS C. (Org.). **Socialist register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FOSTER, J.B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012.

FREIRE, L. M. de B; PRESCHOLDT, C. G. A.; Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora. **Rerv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 476-500, jul./set. 2015

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. – 5. Ed. 7. Reimpressão - São Paulo: Atlas, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

Harvey, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O “novo imperialismo”**: acumulação por desapossamento (Parte II). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 15/16, p. 21-34, jul./dez. 2005-jan./jun. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18770/13957>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 224p.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Questão Social no capitalismo. **Temporalis**, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2007.

LESSA, S. TONET, I. **Introdução À Filosofia de Marx**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOPES, J; ABREU, M; CARDOSO, F. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p.195-213.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo** / Ernest Mandel. – 4. Ed. Porto Alegre: Editora movimento, 1982.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Trad.de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: atlas, 2009.

MARX, K. **Manuscritos Econômico Filosóficos 1844.** Tradução e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital.** 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Rev. katál.**, Florianópolis, v. 16, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em 04 de agosto de 2021.

NUNES, L.S. **A Questão Socioambiental e os Desafios ao Serviço Social.** O Social em Questão - Ano XXI - nº 40 – p. 209 – 228, Jan a Abr/2018.

PAULO NETTO. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

PAULO NETTO, J.; Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

PAULO NETTO. J. P.; **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64 / José Paulo Netto. – 17. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. – 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

PETO, L. C. & VERISSIMO, D. S. **Natureza e processo de trabalho em Marx**. Psicologia & Sociedade (2018) Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822018000100248&lng=pt&tlng=pt. Acessado em abril de 2020.

PINHEIRO, H, A. et. al; A Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para a sociedade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 488-499, set./dez. 2020

SANTOS, F, F, dos. Ecologia e Serviço Social: a questão ambiental como uma questão social (2016). **Revista Científica Vozes dos Vales** – UFVJM – MG – Brasil – Nº 10 – Ano V – 10/2016. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2016/09/Fabio.pdf> Acessado em junho de 2020.

SANTOS, J. S.; ACIOLY, Y. A. A privatização das águas no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 250-274, abr./jun. 2015.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no serviço social: da formação acadêmica à prática profissional. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300007>>. Acessado em: 15 de julho de 2021. *ibid*

S, P. W. S.; A. B. O espaço da cooperativa “amigos do meio ambiente”: cooperativa de trabalho ou cooperfraude? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 314-334, abr./jun. 2011

SILVA, M, das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**. Um desafio éticopolítico ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M, das G. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set. 2015

STIPP, N.F; STTIPP, M.E.F. **Análise ambiental em cidades de pequeno e médio porte.** In: geografia-Vol 13- N.2- JUL/DEZ. 204. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia/v13n2/2.pdf>>. Acesso em 04 de agosto de 2021.

VALENÇA, M. **Capitalismo Contemporâneo, Produção Destrutiva e Meio Ambiente:** a direção social dará pelas organizações da sociedade civil ao trato da problemática do “lixo” urbano. Recife, 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicada. Programa de Pós-graduação em Serviço Social

YAZBEK, M. C. Os Fundamentos históricos e teórico-metodológico do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In; **Serviço Social. Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. 143p.

YAZBEK, M. C. Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade. In: IEE. **Curso de Capacitação de Gestores Sociais.** São Paulo: IEE, 2008.

YAZBEK, M. C; et. al. Revista Serviço Social & Sociedade e os 80 anos do Serviço Social brasileiro: a marca da renovação. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo /** Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). – São Paulo: Cortez, 2016.

**APÊNDICE I- QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS ENCONTRADOS NA REVISTA
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE**

**APÊNDICE I- QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS ENCONTRADOS NA
REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE**

Titulo	Autores(as)	Ano / nº da revista
A privatização das águas no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro	Josiane Soares Santos Yanne Angelim Acioly	2015 / 122
Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional	Maria Roseli Rossi Avila Marcos Antonio Matted Maria Salete da Silva	2017 / 129
O espaço da cooperativa “amigos do meio ambiente”: cooperativa de trabalho ou cooperfraude?	Shirla Patrícia Weber Sterchile Alfredo Batista	2011 / 106
Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora	Lúcia Maria de Barros Freire Soraya Gama de Ataíde Prescholdt	2015 / 123
A Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para a sociedade	Hamida Assunção Pinheiro Roberta Ferreira Coelho de Andrade Marinez Gil Nogueira Cunha	2020 / 139
Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas	Carmem Regina Giongo Jussara Maria Rosa Mendes Fabiane Konowaluk Santos	2015 / 123
Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil	Maria das Graças e Silva	2015 / 123